

A LEI E OS DIREITOS HUMANOS NAS SOCIEDADES FLUVIAIS: UMA OFICINA PIBID

JULIA WESTPHAL GOMES¹; LAURA LIMA²; MATTHAUS GONÇALVES ARAUJO³; RAFAELA BORN DA CRUZ⁴;

PROF. DR. WILIAN BONETE⁵:

¹Nome da Instituição do Autor 1 – westphalgonomes@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lauraliema@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – matthausgoncalves@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – rafaelaborndacruz@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – WJBonete@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O seguinte resumo diz respeito à oficina “A Lei e os Direitos Humanos nas Sociedades Fluviais”, realizada pelos estudantes da Universidade Federal de Pelotas vinculados ao Programa de Iniciação à Docência (PIBID) na Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Pedro Osório. As atividades foram executadas com duas turmas de primeiro ano do Ensino Médio entre os dias 26 de junho e 3 de julho do ano de 2025.

Seguindo a proposta do Coordenador do PIBID e nosso orientador, o professor Wilian Bonete, foi desenvolvido uma oficina com base na premissa de levar uma reflexão sobre os direitos humanos e com consonância com isso optamos por elaborar a atividade de acordo com as solicitações da escola e da professora supervisora, Clarissa Macedo, de integrar o debate com o conteúdo programático previsto.

Tendo isso em perspectiva, elaboramos duas sequências didáticas para melhor poder abranger os temas e propor dois diferentes pontos de vista. Como objetivo principal “discutir, comentar e problematizar a evolução da legislação ao longo da história, buscando compreender como essas transformações levaram às construções das sociedades contemporâneas”.

Optamos por uma metodologia mista, utilizando atividades de reflexão ativas diferentes para cada uma das sequências complementada com elementos de aula exposição-dialogada. Vygotsky (2007) e Piaget (1994) já trabalhavam com a ideia de que o aprendizado deveria ser centrado no estudante e em seus momentos de desenvolvimento que são diferentes em cada etapa de aprendizado e nós partimos deste princípio, em conjunto com a ideia de a educação não pode ser apenas um “depósito de conhecimento” para ser realmente libertadora como sugerido por Freire (1996).

2. ATIVIDADES REALIZADAS

As duas propostas de atividade eram simples, duas sequências didáticas que eram divididas em 2 partes. A primeira consistia em uma apresentação geral dos conteúdos propostos (Antigo Egito e Mesopotâmia) com um breve resumo teórico. A segunda parte era constituída de duas atividades diferentes: para a sequência de Egito foi proposto que os estudantes participasse de um simulacro de um “Julgamento de Anúbis” no qual os estudantes foram apresentados a um caso fictício elaborado para a atividade que foi lido em voz alta para eles e

algumas das informações principais foram passadas no quadro. Em seguida eles deveriam julgar esse caso definindo se a personagem deveria ser punida na vida após a morte.

Já a atividade com Mesopotâmia tinha como pressuposto que os estudantes depois do período de contextualização, se dividissem em grupos e lessem excertos do Código de Hamurabi que foram cautelosamente selecionados para incitar a discussão e reflexão entre os estudantes a respeito de como essas leis impactaram as noções de código jurídico escrito. Ao fim da reflexão, os estudantes foram convidados a preencherem um mural coletivo da turma a respeito das impressões obtidas de suas leituras e debates.

O objetivo de ambas as atividades era que os estudantes fossem guiados a refletir a respeito dos direitos humanos e a importância da conquista dos direitos humanos ao longo da história. Por se tratarem de alunos do primeiro ano do Ensino Médio, era esperado que houvesse um grau de discernimento e reflexão suficientes para que a atividade se desenvolvesse sem maiores problemas.

Os materiais que foram utilizados para a execução de ambas as atividades foram: mapas das regiões (Alto Egito e Mesopotâmia), impressões de imagens de apoio visual, cartolina branca para a composição dos murais, canetas coloridas para a composição do mural e canetas para quadro branco.

Com a primeira turma a atividade de mesopotâmia se desenvolveu próximo ao planejado em questões de tempo dedicado a cada etapa, contudo percebeu-se que os estudantes não haviam conseguido manter a concentração por toda a explicação e não pareciam muito interessados. Ao passar para a segunda etapa da atividade, foi muito difícil explicar para os estudantes de uma forma comprehensível o que eles deveriam fazer, uma vez que a turma se dispersou completamente e em sua maioria, não prestou muita atenção nas orientações gerais, trazendo respostas pouco coerentes com relação ao questionamento oferecido. Depois de uma nova explicação, os resultados melhoraram um pouco e foi possível realizar uma breve discussão a respeito das colocações de cada grupo.

Já com a segunda turma, onde primeiramente foi realizada a atividade sobre o Egito, a metodologia mudou um pouco, dando-se preferência a mais tempo voltado para a atividade em si no lugar de uma explicação teórica mais longa, o que trouxe bons frutos, uma vez que o tempo a mais na atividade serviu como espaço de debate construtivo em que os estudantes demonstraram compreender a essência da proposta e ao exporem seus votos do julgamento justificaram suas posições.

Durante a segunda semana de oficina houve a troca de temas entre as duas turmas. Com a primeira turma mais uma vez houve dificuldade na compreensão do objetivo da atividade prática, mesmo com o tempo de explicação teórica ainda mais reduzido do que o que foi realizado na segunda turma com a mesma atividade. Os estudantes se dispersaram rapidamente e apenas alguns poucos responderam com mais seriedade o proposto.

Com a segunda turma ao repassar como se deu a atividade de mesopotâmia o resultado foi bem diferente. O debate suscitado foi extremamente construtivo com reflexões levantadas extremamente relevantes, como por exemplo sobre direito das mulheres, noções de justiça e injustiça. Eles também foram capazes de articular melhor suas respostas ao serem convidados a escrever suas reflexões no cartaz da turma.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os resultados obtidos com essas atividades tivemos a rara oportunidade de observar tanto uma situação em que podemos afirmar que as atividades deram certo, com a segunda turma em que foram aplicadas as atividades, pois eles se mostraram mais participativos, comprometidos e interessados em realizar a atividade, enquanto com a primeira turma, mesmo com os ajustes realizados na segunda semana, sentimos que colhemos poucos frutos diante do esperado, principalmente ao comparar com a outra turma.

Os motivos pelos quais a atividade foi bem sucedida em uma turma e na outra não, são diversos, pontos como por exemplo a abertura que as turmas ofereceram aos organizadores das atividades, percepções diferentes sobre a seriedade dos estudos e das propostas oferecidas, número de estudantes em sala de aula, entre outros fatores contribuíram para que as experiências fossem tão distintas.

Contudo, alguns pontos poderiam ser repensados para que as atividades pudessem ser mais precisas em seu direcionamento, como por exemplo apontar mais diretamente a relação com os direitos humanos, e esclarecer o que de fato são os direitos humanos, uma vez que os estudantes parecem ter dificuldade em acessar esse conceito. Seria possível também propor que as reflexões fossem escritas de forma individual após a discussão em grupo ou ainda focar em ouvir as discussões de forma coletiva da turma toda a depender das potencialidades específicas de cada turma.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. A Psicologia da Criança. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SANTOS SOUSA, C. ; ALVES SOUSA, K. C. . A MULHER NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO: LEVANTAMENTO HISTÓRICO DO REINO DE CUXE. **REPOSITÓRIO DE ANAIS DA ANPUH-GO**, [S. I.], p. 908/919, 2022. Disponível em: <https://anpuhgoias.com.br/periodicos/index.php/caliandra/article/view/95>. Acesso em: 1 jun. 2025

SHAWN, Ian. The Oxford History of Ancient Egypt. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SHAFFER, B.; Baines, J.; Lesko, L.; Silverman, D.; Religion in Ancient Egypt. Gods, myths and personal practice. Ithaca & London: Cornell University Press, 1991.

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins, 2007.